



12.02.2024

RELATO DE MISSÃO

na sequência da missão da Comissão FEMM a Bogotá, na Colômbia, de 19 a 23 de junho de 2023

Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

Membros da missão:

| | |
|-----------------------------|-------------------------|
| Robert Biedroń | (S&D) (chefe da missão) |
| Vera Tax | (S&D) |
| Karen Melchior | (Renew) |
| Andželika Anna Mozdżanowska | (ECR) |
| Isabella Tovaglieri | (ID) |
| Eugenia Rodríguez Palop | (The Left) |

Introdução

No âmbito do projeto de programa relativo às deslocações de delegações *ad hoc* das comissões a países terceiros na primeira metade de 2023, a Conferência dos Presidentes autorizou, na sua reunião de 24 de novembro de 2022, o envio de uma delegação *ad hoc* composta por oito membros, incluindo o presidente da Comissão FEMM, tendo o relator permanente da Comissão AFET para a integração da perspetiva de género sido igualmente convidado a participar na missão a Bogotá, na Colômbia, sob reserva de a situação de segurança no terreno antes da partida possibilitar a realização da missão, e de serem respeitadas as instruções e as medidas de redução dos riscos recomendadas pela Avaliação da Segurança da Missão.

A missão realizou-se de 19 a 23 de junho de 2023.

Contexto

A missão realizou-se num momento histórico para a Colômbia, a saber, a eleição de Gustavo Petro Urrego, o primeiro presidente de esquerda do país. A missão da Comissão FEMM teve como objetivo focar-se em histórias de sucesso na luta contra os retrocessos em matéria de direitos das mulheres, bem como nos progressos realizados na aplicação da perspetiva de género do Acordo de Paz de 2016 celebrado entre o Governo colombiano e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), o primeiro acordo a nível mundial a incluir uma perspetiva de género no seu cerne. Uma parte do programa centrou-se nas propostas do Governo relativas ao direito ao aborto, que tinha sido despenalizado em fevereiro de 2022, através de uma decisão do Tribunal Constitucional que fez com que a Colômbia passasse a ter um dos quadros jurídicos mais progressistas da América Latina e do mundo. A visita permitiu igualmente interagir com o novo espaço político composto por um elevado número de defensores dos direitos das mulheres, bem como ouvir as opiniões de colegas parlamentares, membros do governo e representantes da sociedade civil e de organizações internacionais ativas no domínio dos direitos das mulheres e da igualdade de género. A Colômbia realizou progressos substanciais rumo à igualdade de género, perante desafios consideráveis decorrentes de décadas de conflito armado. No entanto, a paz não foi alcançada em determinadas partes do país, sendo os defensores dos direitos humanos, e sobretudo os defensores dos direitos das mulheres, particularmente visados.

Relato sucinto das reuniões

Segunda-feira, 19 de junho de 2023, das 19.00 às 19.30

Reunião preparatória técnica da delegação da Comissão FEMM e do Exmo. Gilles Bertrand, chefe da delegação da UE em Bogotá, na Colômbia

Igualmente presentes:

Tito Contreras, especialista político da delegação da UE para a migração, as drogas e a igualdade de género

Robert Biedrón, chefe da delegação da Comissão FEMM, colocou a delegação a par de vários aspetos práticos da missão, e **Tito Contreras e o Exmo. Gilles Bertrand** deram nota de atualizações de última hora ao programa da missão.

Terça-feira, 20 de junho de 2023, das 8.30 às 9.30

Sessão de informação para os membros da delegação da Comissão FEMM, a cargo do Exmo. Gilles Bertrand, chefe da delegação da UE em Bogotá, na Colômbia

Igualmente presentes:

Joerg Schreiber, chefe da secção de Política, Imprensa e Informação da delegação da UE
Camilo Vargas, funcionário na secção de política, imprensa e informação da delegação da UE
Vanessa Viera, assessora de imprensa na delegação da UE
Tito Contreras, especialista político da delegação da UE para a migração, as drogas e a igualdade de género
Andreas Bjorklund, funcionário na secção de política, imprensa e informação da delegação da UE
Laura Mantilla, responsável pela cooperação na delegação da UE
Alberto Menghini, responsável pela cooperação na delegação da UE
Sonia Tato, responsável pela cooperação na delegação da UE
Alexandra Nerisanu, responsável pela cooperação na delegação da UE
Luisa Fernanda Gallo, responsável pela cooperação na delegação da UE
María Iraizoz, responsável pela cooperação na delegação da UE

Nas suas observações preliminares, **os membros da delegação** apresentaram as mais recentes iniciativas do Parlamento Europeu (PE) nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres, incluindo a Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, a ratificação da Convenção de Istambul, a Diretiva Transparência Salarial e a Diretiva Mulheres nos Conselhos de Administração. No contexto da guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a delegação manifestou-se preocupada com a proliferação da violência sexual contra as mulheres em momentos de conflito e referiu a intenção de retirar ensinamentos da experiência adquirida pela Colômbia ao longo de décadas de conflito e de guerra civil.

O Exmo. embaixador Gilles Bertrand arrancou a sua sessão de informação com uma panorâmica da situação sociopolítica da Colômbia, concentrando-se no ponto da situação no que se refere ao conflito armado, no mais recente acordo de cessar-fogo, na ausência do Estado em zonas remotas, bem como nas iniciativas governamentais em resposta às cicatrizes deixadas por décadas de guerra civil. A Colômbia realizou progressos substanciais rumo à igualdade de género, perante desafios consideráveis decorrentes de décadas de conflito armado. O embaixador descreveu igualmente o novo espaço político em que se move o presidente Gustavo Petro, espaço esse composto por um elevado número de defensores dos direitos das mulheres. Por último, forneceu uma panorâmica dos domínios nos quais a UE concede financiamento ou executa programas na Colômbia, que incluem o combate à violência de género, a aplicação e avaliação do acordo de paz de 2016, o empreendedorismo e a redução da pobreza e a prestação de apoio às organizações da sociedade civil.

Terça-feira, 20 de junho de 2023, das 9.30 às 11.00

Reunião com mulheres e organizações cúpula de consolidação da paz dedicada à elaboração de um Plano de Ação Nacional 1325 – GPAZ / Cumbre Nacional de Mujeres y Paz / Coalición 1325

Organizações cúpula colombianas presentes:

Luz Piedad Caicedo, perita da Humanas no que se refere à Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Natalia Chávez, coordenadora do programa da LIMPAL para as Mulheres, a Paz e a Segurança

Rosa Emilia Salamanca, diretora na CIASE

Berenice Celeyta, diretora na NOMADESC

Após as observações preliminares do presidente da delegação da Comissão FEMM, que salientou o destaque dado à Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança, adotada em outubro de 2000, o representante das organizações cúpula colombianas ativas no domínio da consolidação da paz partilhou as opiniões dessas organizações.

As organizações cúpula colombianas salientaram que as mulheres sofreram de forma desproporcionada ao longo do conflito. A violência, os desaparecimentos forçados, a extorsão, o recrutamento forçado e outros problemas que afetaram as mulheres são elementos centrais das negociações relativas ao Plano de Ação Nacional. As organizações informaram que o Plano Nacional está a ser elaborado ao abrigo de uma metodologia inédita, com a participação de organizações de mulheres, feministas e da sociedade civil que acompanham o cumprimento da Resolução 1325 das Nações Unidas com o apoio da comunidade internacional. A fim de aumentar a participação das mulheres e de reconhecer o seu papel na prevenção e na resolução do conflito, nas negociações de paz, na consolidação e manutenção da paz, na resposta humanitária e na reconstrução pós-conflito, colocou-se a tónica em três domínios mais genéricos com impacto horizontal: 1 – a premência de assegurar e acelerar a aplicação e a execução de um acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que reconheça os problemas que afetam as mulheres; 2 – a necessidade de alcançar, com os restantes grupos paramilitares, um cessar-fogo horizontal e o fim das hostilidades contra a população, atendendo a que estas afetam muitas mulheres e famílias; 3 – a necessidade de respeitar e aplicar os aspetos de género previstos nas diferentes iniciativas a nível nacional. No que toca à participação das mulheres na administração pública a nível nacional, regional e local, salientou-se que as mulheres representam 30 % dos candidatos constantes das listas, mas que a paridade não seria alcançada a menos que se acelere as ações relacionadas com a igualdade de género. As referidas organizações apelaram a que a UE as ajudasse a dar força à sua voz, a fim de alcançar, na Colômbia, uma paz categórica que reconheça os papéis e a participação das mulheres.

Os membros da delegação responderam às intervenções. O presidente da delegação da Comissão FEMM referiu que estas organizações cúpula estão a dar, à escala mundial, um exemplo no que toca à participação e aos feitos alcançados pelas mulheres em matéria de consolidação da paz, embora ainda haja muito trabalho pela frente. Outros membros discorreram sobre as medidas especiais destinadas a proteger as mulheres e as raparigas de violência de género em situações de conflito armado, e em especial de violação e de outras formas de abuso sexual. Conforme testemunhado na Europa, no âmbito da guerra ilegal de agressão contra a Ucrânia, a violação, utilizada como arma de guerra, é um crime hediondo cujo fim exige uma resposta assertiva. Os membros referiram ainda a importância de aumentar

a representação das mulheres em todos os processos de decisão da administração pública a nível nacional, regional e local, de modo a assegurar um impacto nos mecanismos de prevenção, gestão e resolução do conflito.

Terça-feira, 20 de junho de 2023, das 11.15 às 12.45

Reunião com a Componente de Acompanhamento Internacional [ONU Mulheres, a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM) e a Missão de Verificação da Suécia e das Nações Unidas] sobre o acompanhamento da perspetiva de género na aplicação do Acordo de Paz colombiano

Partes interessadas presentes:

Patricia Fernández Pacheco, representante nacional adjunta da ONU Mulheres

Sofia Dohmen, chefe da cooperação, Suécia

Elina Francesca Rivera, responsável pela cooperação, Suécia

Johanna Guerrero, Secretariado Técnico da Federação Democrática Internacional (FDIM)

Matilde Mora, porta-voz para os assuntos políticos da Federação Democrática Internacional (FDIM)

As partes interessadas que integram a **Componente de Acompanhamento Internacional** forneceram informações acerca do seu trabalho em prol do reforço das garantias de cumprimento do Acordo de Paz. Tal trabalho respeita plenamente a ordem constitucional e jurídica colombiana e coloca a tónica nos direitos humanos dos cidadãos. Mantêm um diálogo com a Comissão para o Acompanhamento, a Promoção e a Verificação da Aplicação do Acordo Final e apoiam o Secretariado Técnico do Mecanismo de Verificação. A primeira avaliação pública do acompanhamento do Acordo Final dotado de uma perspetiva de género foi publicada pela Componente de Acompanhamento Internacional em novembro de 2018. Não obstante inúmeros desafios e insuficiências, o Acordo de Paz entre o Governo colombiano e as FARC tornou-se um ponto de referência a nível internacional e uma boa prática no que toca à integração de uma perspetiva de género num processo de paz. A construção da paz no rescaldo de conflitos importantes pode possibilitar a promoção de uma transformação que contribua para o desenvolvimento, a qualidade de vida e a igualdade. Trata-se de uma oportunidade para colmatar as disparidades de género, garantir igualdade de oportunidade e incluir a igualdade de género em medidas de política pública específicas. Entre os desafios destacados figuram: a dotação orçamental de projetos dotados com uma abordagem de género, com vista à aplicação do Acordo Final; a integração da perspetiva de género nos vários pontos do Acordo Final e a prossecução do desenvolvimento de compromissos dotados de uma abordagem baseada na perspetiva de género; a salvaguarda dos direitos das mulheres indígenas, das mulheres afrodescendentes e da população LGBTIQ+, garantindo a interseccionalidade da perspetiva de género nos indicadores étnicos do Plano Quadro para a Aplicação; a capacidade de produzir informações desagregadas por etnia, género e orientação sexual, reforçando a execução de ações diferenciais.

Os membros da delegação traçaram um paralelo entre os desafios existentes na Colômbia, neste contexto, e aqueles com que a UE se confronta a nível institucional e das políticas, que incluem o reforço da orçamentação sensível ao género, a promoção da integração da dimensão de género e a melhoria da recolha de dados. As referidas partes interessadas prontificaram-se a apoiar o trabalho contínuo desenvolvido na Colômbia em matéria de igualdade de género, através do desenvolvimento da paz, e chamaram a atenção para a premência de dar uma resposta

cabal a desafios como o respeito pelos direitos da população LGBTIQ+ e de todas as mulheres, incluindo as mulheres indígenas ou afrodescendentes.

Terça-feira, 20 de junho de 2023, das 14.30 às 15.30

Reunião com Juanita Millán, antiga oficial da marinha nacional colombiana e membro da Subcomissão para o Género e da Subcomissão Técnica para pôr termo ao conflito

Juanita Millán, antiga oficial da marinha, frisou que a Colômbia atravessa um momento crítico no que toca à continuação do cumprimento dos compromissos relacionados com a paz. Millán atuou como negociadora do acordo de paz e do cessar-fogo e foi a única mulher do lado do Governo, ao passo que as FARC contavam com três negociadoras. Salientou que o desarmamento suscitou muitas questões relacionadas com o género, embora a inclusão de aspetos de género – um trabalho altamente sensível – tenha exigido dois anos de negociações. Deu um exemplo de aspetos de género importantes, referindo que 30 % dos combatentes das FARC eram mulheres. Além disso, muitas das ex-combatentes ficaram grávidas e foram mães. Nos primeiros seis meses de aplicação do acordo nasceram entre 400 e 500 bebés, mas a equipa de negociação não tinha previsto quaisquer disposições relativas a apoio pré-natal, etc. Esclareceu ainda que as pessoas que negociaram as condições são também as responsáveis pela aplicação na Colômbia. No que se refere à aplicação, os indicadores relativos ao género foram-se tornando menos prioritários, provavelmente devido à complexidade do texto. Embora fosse suposto estarem prontos em seis meses, os documentos relativos à inclusão demoraram um ano e meio a ser concluídos. Referiu que embora seja impossível melhorar o acordo de paz, este é complexo e a sua aplicação deve ser aperfeiçoada.

No atinente ao trabalho que desenvolveu na Subcomissão para o Género durante as negociações, relatou que se registaram dificuldades logísticas e que, de um modo geral, muitas das pessoas implicadas no acordo de paz não acreditavam no trabalho relativo ao género. A questão da violência sexual, por exemplo, suscitou dificuldades. No entanto, após ter sido explicado o seu carácter prevalecente e a necessidade de inclui-la no cessar-fogo, foram realizados progressos, incluindo noutros acordos, mas não sem dificuldades em cada uma das fases.

Os membros da delegação falaram das mais recentes iniciativas do PE nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres, incluindo a Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e a ratificação da Convenção de Istambul, ambas iniciativas importantes que também contemplam a violência sexual. O presidente da delegação assinalou que as mulheres são as mais afetadas em situações de conflito e alertou para a urgência de pôr termo à utilização da violação como arma de guerra. Sublinhou ainda a experiência da Europa relacionada com a guerra ilegal da Ucrânia e os milhões de mulheres e crianças forçadas a fugir da zona de guerra.

Terça-feira, 20 de junho de 2023, das 16.00 às 17.30

Reunião com organizações ativas no domínio da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e na prestação de assistência a casos de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)

Partes interessadas presentes:

Marta Royo – diretora, Profamilia
Maria Vivas – diretora, Oriéntame para Decidir
Eugenia López – diretora regional, Federação Internacional para o Planeamento Familiar
Laura Gil, MD – cofundadora do Grupo Médico por el Derecho a Decidir
Laura Castro – coordenadora, Mesa por la Vida
Catalina Martínez – diretora regional, Centro de Derechos Reproductivos
Sandra Mazo – diretora, Católicas por el Derecho a Decidir
Carolina Melo – consultora jurídica, Jacarandas
Susana Mejía – diretora, Red Nacional de Mujeres

As organizações ativas no domínio da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e na prestação de assistência a casos de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) apresentaram o seu trabalho. A Colômbia despenalizou o aborto durante as primeiras 24 semanas de gravidez, através de uma decisão histórica proferida pelo Tribunal Constitucional em 2022. As organizações ativas no domínio da SDSR forneceram algumas informações de fundo acerca da decisão, referindo que o prazo de 24 semanas não foi uma decisão política, mas antes uma decisão científica e baseada nos direitos humanos. Referiram ainda que cerca de 1 % dos abortos têm lugar após as 20 semanas, e são maioritariamente praticados por mulheres pobres, de meios desfavorecidos e de zonas rurais, que foram vítimas de violência sexual e que, infelizmente, devido ao trauma psicológico e físico a que foram sujeitas, consultam os serviços de aborto numa fase mais tardia. Ainda assim, subsistem, na Colômbia, vários desafios para as mulheres que necessitam de realizar um aborto. A título de exemplo, continuam a ser realizados abortos perigosos, pelo facto de os serviços em questão não terem sido encerrados, dado que as mulheres continuam a ter dificuldade em aceder a serviços de aborto seguros, principalmente nas zonas rurais. Foi ainda referido que, na Colômbia, é possível recusar a realização de um aborto por motivos de objeção de consciência, embora alguns hospitais o façam de forma coletiva, o que não é permitido ao abrigo da decisão do Tribunal Constitucional. As organizações ativas no domínio da SDSR frisaram ainda que a Colômbia é um Estado laico, no qual existe uma separação entre Igreja e Estado, competindo a este último salvaguardar os direitos dos cidadãos e impedir interferências da Igreja naquela que é a tradição democrática.

Essas organizações falaram ainda sobre a importância da educação sexual nas escolas, enquanto medida preventiva. Comunicaram a existência de receio, a nível político, quanto à inclusão da educação sexual nos programas escolares, embora se trate de um aspeto fundamental da vida humana, no que se refere à forma como nos relacionamos com os nossos corpos e com as outras pessoas. Salientaram ainda a necessidade de, através da educação sexual, desconstruir a toxicidade masculina, que se encontra no cerne da violência de género. Por último, as organizações ativas no domínio da SDSR referiram ainda que é visível, na opinião pública, a existência de apoio à plena descriminalização do aborto. Estão a trabalhar nesse sentido e com vista a mudar as atitudes no que se refere à liberdade das pessoas transgénero e não binárias para decidirem sobre os seus corpos.

Os membros da delegação falaram sobre a importância da falta de acesso a cuidados no aborto seguros, a preços acessíveis, atempados e respeitosos, bem como do estigma inerente ao aborto, que coloca em risco o bem-estar físico e mental das mulheres. Referiram o importante exemplo que a Colômbia deu nesta área e o retrocesso em matéria de direitos das mulheres em toda a Europa, principalmente no domínio da SDSR.

Quarta-feira, 21 de junho de 2023, das 8.00 às 9.00

Reunião com o Grupo de Trabalho da UE para a Igualdade de Género

Na Colômbia, o Grupo de Trabalho da UE para a Igualdade de Género conta com representantes da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, da Chéquia, da Dinamarca, de Espanha, de França, da Hungria, da Irlanda, de Itália, dos Países Baixos, da Polónia, de Portugal, da Roménia e da Suécia. Os Estados-Membros presentes na reunião falaram sobre os diferentes programas executados nos respetivos países, incluindo o trabalho desenvolvido com a sociedade civil em diferentes domínios, como a agricultura/substituição de culturas e as mulheres das zonas rurais, bem como programas direcionados para as mulheres jovens migrantes. No caso da Suécia, foi feita referência ao trabalho relacionado com a Componente de Acompanhamento Internacional, bem como aos programas centrados na participação das mulheres na política.

Os membros da delegação apresentaram as mais recentes iniciativas do PE nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres, como a Diretiva Mulheres nos Conselhos de Administração e a Diretiva Transparência Salarial, bem como o trabalho em curso relacionado com a Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e a ratificação da Convenção de Istambul. Manifestaram a sua preocupação com o retrocesso em matéria de direitos das mulheres e a violência contra as mulheres, incluindo a cibercriminalidade e a violência estrutural.

Quarta-feira, 21 de junho de 2023, das 9.45 às 10.45

Reunião com membros do Comité das Mulheres do Congresso colombiano

Presentes:

Senadora María José Pizarro – presidente da Comissão Legal para a Igualdade das Mulheres
Marelen Castillo, membro da Câmara de Representantes
Karen Manrique, membro da Câmara de Representantes
Carmen Felisa Ramírez, membro da Câmara de Representantes
Ana Rogelia Monsalve, membro da Câmara de Representantes
Gloria Liliana Rodríguez, membro da Câmara de Representantes
Erika Sánchez, membro da Câmara de Representantes
Delcy Isaza, membro da Câmara de Representantes
Elizabeth Jai Pang, membro da Câmara de Representantes

A **senadora María José Pizarro** falou sobre a situação difícil vivida durante a pandemia de COVID-19, durante a qual se registaram milhares de relatos de violência de género e de abusos sexuais de crianças. Referiu que é impossível eliminar a violência de género simplesmente através de legislação, principalmente tendo em conta o aumento deste problema durante e após a pandemia, e frisou que urge assegurar a participação de toda a sociedade e, em tempos de crise, adotar medidas prontamente. Falou ainda sobre as mulheres na política, referindo que o número de congressistas eleitas aumentou, embora ainda esteja longe de uma representação paritária. Mostrou-se otimista em relação às próximas eleições autárquicas, nas quais participam cada vez mais mulheres. Salientou todavia, neste contexto, a cada vez maior violência contra as mulheres na política. O aumento do número de mulheres candidatas a eleições foi acompanhado de um crescimento exponencial do nível de violência e das ameaças de violência extrema. A nível local e regional, a violência contra as mulheres na política é extremamente elevada e, segundo os relatos, está a piorar. Quanto mais longe da capital, pior o

nível e o tipo de violência praticada diariamente. Destacou um novo quadro de proteção das mulheres na política, que entrará em vigor brevemente e cuja lei ainda tem de ser promulgada pelo presidente. Debruçou-se sobre as diferentes iniciativas nas quais a sua comissão trabalhou – incluindo uma lei inédita relativa à violência de género –, a fim de proteger e ajudar as colombianas a superar diferentes obstáculos. Mencionou ainda que há muito que a sua comissão tem vindo a apelar à criação de um ministério específico das e para as mulheres, tendo a criação do Ministério da Igualdade sido um êxito. Por último, a senadora falou sobre a necessidade de assegurar um cessar-fogo total na Colômbia, referindo que, no âmbito do cessar-fogo que está atualmente a negociar, é a primeira vez que à mesa de negociações se senta um número igual de mulheres e homens. Para terminar, disse que não só as mulheres são as guardiãs da paz, como também foram as mais afetadas pelas consequências do conflito.

O **presidente da delegação** falou sobre o trabalho em curso no PE relacionado com a Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e a ratificação da Convenção de Istambul. Falou ainda sobre o trabalho da Comissão FEMM relacionado com a Diretiva Mulheres nos Conselhos de Administração e a Diretiva Transparência Salarial, frisando a importância destas para apoiar a vida profissional das mulheres. Salientou que o retrocesso em matéria de direitos das mulheres e de violência contra as mulheres (incluindo o cibercrime) incluiu igualmente a violência contra as mulheres na política, principalmente na esfera digital.

Quarta-feira, 21 de junho de 2023, das 15.00 às 16.00

Reunião com o Ministério da Saúde e da Proteção Social sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)

O **Dr. Jaime Urrego, vice-ministro da Saúde Pública**, falou acerca da Decisão C-055 relativa à descriminalização do aborto durante as primeiras 24 semanas de gravidez, proferida em 2022 pelo Tribunal Constitucional da Colômbia, e forneceu algumas informações de fundo sobre esta decisão histórica. Começou por sublinhar que a Colômbia ainda se encontra numa situação de pós-conflito complicada e que o presidente está concentrado em concretizar a paz e em reconstruir o país. Mencionou que, a nível nacional, o destaque dado ao aborto se deve à luta da sociedade civil promovida pelas mulheres colombianas, que exerceram uma pressão concertada e generalizada através do «Movimiento Causa Justa». Por conseguinte, esta decisão judicial decorre de um movimento social mais amplo. A Colômbia possui uma sociedade civil forte que, a seu ver, é fruto dos limites da democracia e do período de conflito, que resultou num elevado número de pessoas deslocadas, desaparecidas, assassinadas e massacradas. Em grande parte, o conflito teve como vítimas as mulheres, o que permitiu que as lutas sociais passassem a ter algum apoio da própria constituição. O vice-ministro salientou que a decisão judicial foi aplicada muito mais rapidamente em Bogotá do que noutras partes do país, nas quais o estigma do aborto é mais pronunciado. Confirmou aquilo que uma organização ativa no domínio da SDSR tinha dito numa reunião anterior, ou seja, que a decisão de limitar o aborto às 24 semanas assentou num consenso médico e científico e que os médicos podem recorrer à objeção de consciência, pese embora esta possibilidade não exista para as instituições como um todo. Outro aspeto da decisão judicial tem que ver com o facto de as adolescentes (incluindo as menores de 15 anos) que engravidam de forma violenta não precisarem de aprovação dos progenitores para abortar. Por último, no que toca às indígenas cujos direitos estão menos protegidos, o vice-ministro aludiu a outra decisão de um tribunal de nível inferior, nos termos da qual o aborto apenas é possível com aprovação masculina. A questão foi novamente

submetida à apreciação de uma instância superior, colocando uma vez mais na ordem do dia a SDSR e o retrocesso em matéria de direitos das mulheres. O ministério está a tentar adotar uma posição sobre esta matéria, embora algumas interpretações sustentem que esta decisão se aplica apenas aos povos indígenas.

Os membros da delegação salientaram que, infelizmente, a Europa também regista um retrocesso em matéria de direitos das mulheres, violência contra as mulheres e SDSR. Na Europa, o tema da falta de acesso a cuidados no aborto seguros, a preços acessíveis, atempados e respeitosos continua a ser bastante sensível, apesar de, nos últimos anos, terem sido realizados alguns progressos em matéria de direitos humanos e direitos das mulheres. A delegação frisou a importância do trabalho que está a ser efetuado na Colômbia para tornar o aborto seguro e legal. A delegação acolheu favoravelmente o facto de o trabalho no domínio da SDSR assegurar uma estreita colaboração entre a sociedade civil e o sistema judiciário, com um impacto tão positivo nas vidas das mulheres.

Quarta-feira, 21 de junho de 2023, das 16.30 às 17.30

Reunião com a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) sobre os direitos das mulheres e das raparigas de uma perspetiva de justiça transicional sensível ao género

Presentes:

Magistrado Roberto Carlos Vidal, presidente

Magistrada Julieta Lemaitre

Magistrado Oscar Parra

Magistrada Alexandra Sandoval

O **magistrado Roberto Carlos Vidal** forneceu algumas informações de fundo sobre o papel da Jurisdição Especial para a Paz (JEP, ou «Jurisdicción Especial para la Paz»), o mecanismo colombiano de justiça transicional responsável por investigar e julgar os crimes cometidos, durante o conflito, pelos membros das FARC, os membros da Força Pública e terceiros envolvidos no conflito armado colombiano. A JEP tem como objetivo salvaguardar o direito das vítimas à justiça e transmitir a verdade à sociedade colombiana, sobretudo tendo em conta que continuam por encontrar os corpos de muitas das vítimas desaparecidas durante o conflito. Visa proteger os direitos das vítimas, contribuir para a consecução de uma paz estável e duradoura e adotar decisões relativas às pessoas que, direta ou indiretamente, participaram no conflito armado interno. Para alcançar os seus objetivos, a JEP recorre, antes de mais, aos relatos coletivos que as organizações da sociedade civil apresentam em nome das vítimas. Realiza também investigações próprias, embora o número de relatos das vítimas ultrapasse amplamente a capacidade da JEP para dar uma resposta rápida aos mesmos. A fim de realizar o seu trabalho de forma mais eficaz, a JEP deu prioridade aos megaprocessos. Os magistrados referiram que embora a sua proposta inicial consistisse em desenvolver, em muitos dos megaprocessos, linhas de investigação relacionadas com a violência sexual, em julho de 2022 acabaram por anunciar que a JEP iria instaurar o «megaprocesso» (11) relativo à violência de género, incluindo a violência sexual e reprodutiva. Após a missão da Comissão FEMM do PE, em setembro de 2023, este megaprocesso foi oficialmente instaurado.

Os membros da delegação destacaram as mais recentes iniciativas do PE nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres, colocando a tónica na Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e na ratificação da Convenção

de Istambul. No contexto da guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a delegação manifestou-se preocupada com a proliferação da violência sexual contra as mulheres em momentos de conflito. Salientou a necessidade de recorrer aos sistemas judiciais e aos quadros jurídicos para pôr termo à impunidade, a fim de obter justiça para as vítimas e as respectivas famílias, mas também enquanto medida preventiva importante. Ao mesmo tempo, opôs-se à concessão de amnistia aos perpetradores de atos de violência sexual e alertou para a necessidade de instaurar um megaproceto relativo à violência sexual.

Quinta-feira, 22 de junho de 2023, das 9.00 às 11.00

Reunião com organizações ativas na prevenção, assistência e acompanhamento de casos de violência de gênero

Presentes:

Linda Cabrera – diretora, Sisma Mujer

Marcela Sánchez – diretora, Colombia Diversa

A **representante da Sisma Mujer** abordou a questão da violência de gênero e a situação dramática no terreno no que toca à violência contra mulheres. Nos casos de violência de gênero, a resposta inicial das autoridades é fraca. Embora em agosto de 2022 tenha sido promulgada uma lei para reforçar a resposta, esse reforço não se verificou e esta questão continua a suscitar preocupação. Mais do que nunca, o exército e a polícia carecem de mudanças sistêmicas para reforçar a sua resposta à violência de gênero. As zonas isoladas do país estão numa situação crítica no que diz respeito à violência de gênero. A representante da Sisma Mujer falou ainda da importância da participação das mulheres. Embora as mulheres possam atuar como catalisadores de mudança, reformas como a da representação paritária apenas foram aprovadas no que se refere aos órgãos com poder decisório.

A **representante da Colombia Diversa** abordou ainda a questão da violência de gênero, frisando que, cinco anos após a JEP ter dado início ao seu trabalho, será lançado o processo relativo às vítimas de violência sexual e violência de gênero (megaproceto 11), sem que se tenham verificado desenvolvimentos substanciais. Este atraso tem efeitos discriminatórios, e cumpre adotar rapidamente medidas para que os efeitos não se agravem. Não obstante os progressos alcançados pelo atual governo, de um modo geral os níveis de violência de gênero mantiveram-se inalterados. Os desafios com que se depara o sistema de justiça transicional prendem-se não só com a violência de gênero no terreno, mas também com uma atenção insuficiente no interior do sistema. O preconceito foi utilizado como ferramenta para exercer esta violência. O trabalho das unidades de busca das autoridades que estão a procurar os desaparecidos está a excluir cerca de 15 % das vítimas, muitas das quais são mulheres, desaparecidas em contexto de femicídio, casamento forçado ou trabalho forçado. Não obstante o perfil das vítimas, as unidades de busca não aplicam uma perspectiva de gênero, e urge garantir que o façam. A representante da Colombia Diversa falou ainda sobre a violência contra a comunidade LGBTIQ+ assente no preconceito, que não está a ser abordada de forma construtiva pelo sistema de justiça, incluindo a JEP.

No que se refere aos desaparecimentos forçados, registam-se omissões graves de pessoas LGBTIQ+ que são vítimas, tendo a representante instado a delegação do PE a reconhecer e a transmitir às autoridades colombianas a necessidade urgente de uma aliança entre as unidades de busca e as organizações LGBTIQ+, com vista à sua colaboração para encontrar as vítimas. Por último, foi chamada a atenção para a questão dos migrantes LGBTIQ+, enquanto questão

transfronteiriça que envolve a comunidade andina, o Equador, etc. Estes migrantes encontram-se numa situação precária e veem os seus direitos reduzidos ao serem impelidos a registar-se ao abrigo do estatuto jurídico de migrantes, ao invés do de refugiados.

Os membros da delegação apresentaram as suas observações, que incluíram as mais recentes iniciativas do PE nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres. No contexto da guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a delegação manifestou-se preocupada com a proliferação da violência sexual contra as mulheres em momentos de conflito. A delegação salientou que a justiça para as mulheres e as pessoas LGBTIQ+ pode dar um contributo importante para uma democracia assente na igualdade e na justiça, e referiu que existem elevadas expectativas no que se refere à consecução deste nível de justiça e igualdade na Colômbia. Se tal se verificar, a experiência da Colômbia relativa a uma colaboração eficaz entre o poder judiciário, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a sociedade civil pode servir de roteiro para outros países. No entanto, há que melhorar o acesso à justiça. A delegação reiterou o seu apoio ao trabalho que as duas organizações estão atualmente a desenvolver.

Quinta-feira, 22 de junho de 2023, das 11.30 às 12.30

Reunião com organizações que trabalham em prol das vítimas, das pessoas desaparecidas e dos defensores dos direitos humanos

Presentes:

Yanette Bautista, diretora, Fundação Nydia Erika Bautista

Julia Figueroa – diretora, Corporación Colectivo de Abogados Luís Carlos Pérez (CCALCP)

Luz Carlina Hincapié – consultora, Iniciativa de Mujeres por la Paz (IMP)

As organizações que trabalham em prol das vítimas, das pessoas desaparecidas e dos defensores dos direitos humanos forneceram algumas informações de fundo sobre o significado atribuído, na Colômbia, à expressão «pessoa desaparecida», no contexto de um conflito tão duradouro. A impunidade predomina, verificando-se em 95 % dos casos relativos a pessoas desaparecidas, pelo que é impossível dizer-se que a justiça está a funcionar de forma eficaz. A procura de pessoas e a reivindicação dos direitos das pessoas desaparecidas são ações impulsionadas pelos cidadãos. No caso da Fundação Nydia Erika Bautista, a mulher que dá o nome à fundação foi vítima de tortura, violação e desaparecimento às mãos do exército. Estão implicados pelo menos 16 oficiais do exército, pertencentes a duas brigadas, e nenhum deles foi ainda julgado. Alguém que vá à procura de uma pessoa desaparecida depara-se com enormes obstáculos, como violência, ameaças de violência, represálias, etc. As ameaças aos defensores dos direitos das mulheres são constantes. As pessoas desaparecidas são vistas como danos colaterais, e não como vítimas do conflito. As organizações apelaram a um megaprocesso centrado em todos os atos de violência de género e a um megaprocesso distinto centrado nos desaparecimentos forçados. Explicaram ainda à delegação do PE a proposta de Lei geral relativa à proteção dos direitos das mulheres que procuram pessoas desaparecidas, uma lei que reconhece o papel dessas mulheres, o seu contributo para a verdade e os custos que essas buscas acarretaram para as suas vidas.

Os membros da delegação apresentaram as suas observações preliminares e falaram sobre o trabalho do PE nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres, sobretudo no que se refere à violência de género. A delegação manifestou ainda a sua preocupação

relativamente à proliferação da violência sexual contra as mulheres em momentos de conflito, tal como testemunhado no contexto da guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia. A delegação louvou o trabalho levado a cabo pelas organizações presentes e disponibilizou o seu apoio.

Quinta-feira, 22 de junho de 2023, das 12.30 às 14.00

Almoço de trabalho com organizações envolvidas na promoção de uma maior participação política das mulheres nos órgãos com poder decisório

Presentes:

Alejandra Barrios, diretora – Missão de Observação Eleitoral (MOE)

Johana Trujillo, responsável para as questões de género – Instituto Neerlandês para a Democracia Multipartida (NIMD, do inglês *Netherlands Institute for Multiparty Democracy*)

As organizações envolvidas na promoção de uma maior participação política das mulheres nos órgãos com poder decisório falaram sobre a importância desta participação, que é uma condição prévia crucial para a igualdade de género e uma verdadeira democracia. Tal participação facilita o envolvimento direto das mulheres nos processos públicos de decisão e é uma forma de assegurar uma melhor responsabilização perante as mulheres. A responsabilização política perante as mulheres passa, antes de mais, pelo aumento do número de mulheres em cargos de tomada de decisão, mas tem de ir mais longe. Com efeito, são necessárias reformas da governação sensíveis ao género e que assegurem uma maior eficácia dos representantes eleitos na promoção da igualdade de género nas políticas públicas, bem como na aplicação dessas reformas. As organizações ativas neste domínio falaram ainda sobre as crescentes ameaças de violência, a violência com que se deparam as mulheres que ocupam cargos políticos e a premência de dar resposta a estes problemas.

Os membros da delegação formularam as suas observações. A delegação referiu que, na atual legislatura, as mulheres representam 39,3 % dos deputados ao Parlamento Europeu. Embora se trate da melhor proporção alguma vez alcançada pelo PE, ainda não é paritária. A delegação mencionou ainda que o Parlamento Europeu já teve três presidentes mulheres. A primeira delas, em 1979, foi a lendária Simone Veil, que criou a Comissão FEMM, sendo o cargo de presidente atualmente ocupado por uma mulher, Roberta Metsola. No que se refere à representação das mulheres no Parlamento Europeu, este está acima da média dos parlamentos nacionais, tanto a nível mundial como a nível da UE. Por conseguinte, ainda há muito trabalho a fazer nesta área. A delegação confirmou a tendência preocupante da violência contra mulheres com cargos políticos, que também é sentida na Europa, nomeadamente pelos membros da delegação.

Quinta-feira, 22 de junho de 2023, das 14.30 às 15.30

Reunião de alto nível com Francia Márquez, vice-presidente da Colômbia e ministra da Igualdade, acompanhada de Clemencia Carali, conselheira presidencial para a igualdade das mulheres

Francia Márquez, vice-presidente e ministra da Igualdade, congratulou-se com a cooperação entre a UE e a Colômbia e destacou o apoio ao processo de paz. Apresentou os seus planos para a transformação do país tendo em vista a justiça social, a dignidade humana e o

combate à opressão social e à exclusão. O seu gabinete coordena as políticas interinstitucionais e intersectoriais para a igualdade e a equidade – para as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, as pessoas com deficiência e a população LGBTIQ+. As políticas colocam igualmente a tónica em ações relacionadas com o acesso a água potável e o combate à violência de género. O plano de desenvolvimento nacional inclui ainda ações relacionadas com a criação do serviço nacional de cuidados e políticas para garantir a igualdade salarial das mulheres, apoio às famílias e acesso a cuidados de saúde. Na Colômbia, as mulheres prestam apoio às famílias. A **vice-presidente Márquez** explicou em maior pormenor os progressos realizados pelo Governo no que toca à aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança, bem como os esforços envidados para aumentar a participação política das mulheres. **Os membros da delegação** formularam as suas observações e deram destaque à implementação do processo de paz, à prestação de assistência às vítimas de violência de género em situações de conflito e à justiça reparadora. Salientaram o apoio da Colômbia à Marcha do Orgulho. Os membros salientaram a importância de assegurar o acesso das raparigas e mulheres à educação. O debate centrou-se ainda no papel crucial dos defensores dos direitos humanos.

Quinta-feira, 22 de junho de 2023, das 15.45 às 16.15

Reunião com Francisco Coy, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia

Francisco Coy, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, apresentou o trabalho realizado pela Colômbia no que se refere à aplicação de uma política externa feminista. Durante o debate, ambos os lados estudaram possibilidades de cooperação entre a Colômbia e a UE nos fóruns internacionais.

Conclusões

A UE e a Colômbia têm prioridades, preocupações e desafios convergentes nos domínios da igualdade de género e dos direitos das mulheres. A violência de género, incluindo a violência sexual e o recurso à violação como arma de guerra ou em situações de conflito, bem como a violência contra mulheres eleitas e mulheres com cargos políticos são problemas centrais que ocupam um lugar de destaque nas respostas e intervenções da sociedade civil e dos governos. A delegação manifestou a sua solidariedade inabalável e o seu apoio às mulheres e raparigas afetadas pela violência de género na Colômbia. Existe, em muitos dos casos, uma experiência partilhada no que diz respeito aos atuais retrocessos em matéria de igualdade de género em geral – retrocessos para as mulheres, a comunidade LGBTIQ+ e outros grupos vulneráveis – registados a nível internacional, incluindo na UE e na Colômbia. No entanto, no que se refere à SDR, a sociedade civil e o «Movimiento Causa Justa», liderado por defensores dos direitos das mulheres, conseguiram alcançar mudanças significativas a nível das políticas, através da histórica decisão que descriminalizou o aborto durante as primeiras 24 semanas de gravidez, proferida pelo Tribunal Constitucional em 2022. Embora continuem a existir obstáculos práticos e sociais ao acesso à SDR, afigura-se evidente que a experiência da Colômbia nesta matéria pode contribuir para a realização de progressos noutros países, incluindo nos Estados-Membros da UE. Foram igualmente debatidos os conhecimentos adquiridos pela Colômbia em matéria de processos de consolidação da paz, nomeadamente o valor significativo desses conhecimentos no que se refere à guerra de agressão injustificada contra a Ucrânia.

